

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1º

Objeto

1. De acordo com as cláusulas técnicas descritas na Parte II deste Caderno de Encargos, o objeto do contrato consiste na aquisição de serviços para dinamização de aulas de música, na componente educativa, a crianças da educação pré-escolar do concelho de Torres Novas, para o ano letivo 2022/2023.
2. A prestação enquadra-se no âmbito do Projeto Música no Pré-Escolar, durante as cerca de 57 semanas de cada ano letivo, concretizando-se em 22 aulas semanais.
3. O número de aulas referido poderá ser reajustado no desenrolar da execução do contrato, em função de alterações que venham a ser introduzidas por reajustamentos da rede escolar e quantitativos de população escolar.
4. A prestação de serviços inclui:
 - a. todos os bens e materiais necessários à sua execução, nomeadamente os recursos humanos e materiais a afetar à prestação.
 - b. o desenvolvimento e elaboração de planificações mensais, que contemplem a programação das atividades, para o prazo de vigência do contrato.
 - c. A disponibilização de todos os conteúdos e recursos didáticos ou outros necessários ao desenvolvimento do objeto do contrato.
 - d. A substituição de professores que careçam de faltar, para que todas as sessões previstas sejam efetivamente lecionadas.
 - e. A entrega de um relatório de todas as atividades realizadas em cada um dos semestres, bem como um resumo do trabalho desenvolvido por cada um dos grupos. O relatório deve também incluir as condições logísticas de funcionamento das aulas, apreciação da supervisão e articulação pedagógica. O relatório deverá ser entregue na última semana de aula de cada semestre.
 - f. O recrutamento de professores, de acordo com o perfil exigido no art.º 23.º deste caderno de encargos.
 - g. Comunicação atempada de todos os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato celebrado com a entidade adjudicante.
 - h. A prestação de forma correta e fidedigna de todas as informações referentes às condições em que são fornecidos os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se

justifiquem, de acordo com as circunstâncias e sempre que solicitado pela entidade adjudicante.

- i. A realização de três reuniões, no mínimo, para coordenação com os representantes do Município e dos Agrupamentos de Escolas.

Artigo 2º

Local de prestação do serviço

1. O objeto do contrato será prestado nos estabelecimentos de educação de pré-escolar da rede pública do concelho de Torres Novas, conforme o Anexo A do presente Caderno de Encargos.
2. À prestação de serviços podem ser integrados outros locais, no decorrer do contrato, caso se verifique fundamentada necessidade.

Artigo 3º

Prazo da prestação de serviços

1. A prestação de serviços a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executada durante o ano letivo de 2022/2023, em referência às datas de início e fim definidas no calendário escolar e pelos agrupamentos de escolas, às interrupções letivas previstas e a todas as indicações fornecidas pelo município ao longo do ano, através dos Serviços de Educação.
2. Se o adjudicatário não prestar o serviço objeto do contrato dentro do prazo proposto sem que exista motivo plausível e aceite pela entidade adjudicante, fica sujeito à aplicação das respetivas penalizações previstas na lei e no presente Caderno de Encargos.
3. O contrato poderá considerar-se renovado por sucessivos anos letivos, até ao limite de duas (2) renovações se, com a antecedência mínima de 60 dias, não for denunciado por nenhuma das partes.
4. A renovação da prestação de serviços a ocorrer, carece de:
 - a) Informação dos serviços nesse sentido;
 - b) Apreciação e despacho por parte do órgão competente, no referente à eventual renovação do contrato;
 - c) Notificação ao adjudicatário da intenção de renovação do contrato.
5. Para efeitos do número anterior e decorrente do eventual reordenamento da rede escolar, a entidade adjudicante procederá ao ajustamento da relação de aulas constante neste caderno de encargos.

Artigo 4º

Preço base do procedimento

1. O preço base de adjudicação pela execução dos serviços que constituem o seu objeto, para o prazo de execução referido no artigo anterior é o indicado abaixo, excluindo o valor do IVA, reflete o valor hora 12,50€.

2022/2023		2023/2024		2024/2025	
N.º de aulas	€ ano letivo 2022/2023	N.º de aulas	€ ano letivo 2023/2024	N.º de aulas	€ ano letivo 2024/2025
740	9 250,00 €	732	9 150,00 €	742	9 275,00 €

2. O preço base do procedimento não pode, em qualquer caso, ser superior aos valores indicados em cima, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
3. O valor a considerar para pagamento aos professores deverá ser no mínimo de 9,50€/hora, valor sem IVA. Este valor foi apurado tendo em conta os valores mínimos definido pelo Ministério da Educação, para um docente no índice 167.
4. Ao abrigo do direito de auditoria fica o adjudicatário obrigado a fazer prova do definido no número anterior, através de cópia de recibo de pagamento, sempre que solicitado.

Artigo 5º

Preço anormalmente baixo

1. O Preço ou custo de uma proposta será considerado anormalmente baixo em relação ao preço base se o valor for inferior a 11,25€/aula, valor sem IVA.
2. O valor referido no número anterior justifica-se considerando o pagamento aos professores, referido no artigo anterior, acrescido de uma margem de lucro.

Artigo 6º

Condições de pagamento

1. As condições de pagamento do encargo total do serviço são fixadas de acordo com as regras estabelecidas no presente Caderno de Encargos.
2. O preço do serviço prestado corresponderá ao produto do preço unitário pelo número de aulas efetivamente lecionadas, aferido mensalmente, em função dos dias letivos, das interrupções e alterações decorridas.
3. O adjudicatário enviará mensalmente à entidade adjudicante, com a antecedência de 30 dias úteis em relação à data do respetivo vencimento, as faturas discriminadas referentes ao número de aulas lecionadas e elementos justificativos do montante a pagar. Deverão, ainda, de discriminar os tempos de articulação pedagógica.
4. Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considera-se que a respetiva prestação só se vence nos 15 dias úteis subsequentes à apresentação da correspondente fatura.
5. O pagamento das faturas será efetuado no prazo máximo de 30 dias contados após a sua entrega, de

acordo com o nº 1 do artigo 299º do CCP.

Artigo 7º

Sigilo

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a todo o tipo de informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.

Artigo 8º

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem prévia autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - 2.1. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - 2.2. A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no art.º 57º do CCP, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

Artigo 9º

Notificações, Informações e Comunicações

1. Todas as notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes deverão ser efetuadas, por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.

Artigo 10º

Direito de Auditoria

1. A entidade adjudicante, ou o seu representante em cada escola, reserva-se ao direito de auditar os serviços prestados objeto do contrato, podendo rejeitar, no todo ou em parte, aquilo que não esteja de acordo com as indicações contratuais, ou com a boa prática corrente.
2. O exercício do direito de auditoria por parte da entidade adjudicante não exclui, de forma alguma, a responsabilidade do adjudicatário no caso de verificação posterior de deficiência na execução do contrato.

Artigo 11º

Penalidades

1. Se o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante pode, a título sancionatório, resolver o contrato e aplicar as sanções previstas no contrato ou na lei.
2. Sempre que um professor chegar dez ou mais minutos atrasado a uma aula, sem justificação válida atendível, a respetiva aula não será considerada para efeitos da faturação mensal referida.
3. Por cada aula prevista não realizada por motivos imputáveis ao adjudicatário, este ficará sujeito ao pagamento de uma multa correspondente ao valor de duas aulas.
4. Qualquer substituição no grupo de professores só poderá ser efetuada com comunicação prévia à entidade adjudicante, e respetiva autorização, após validação da conformidade curricular da alteração proposta. Em caso de incumprimento da presente norma, o adjudicatário fica sujeito ao pagamento de uma multa correspondente ao dobro do valor das aulas lecionadas em situação de incumprimento.
5. Na situação referida no ponto anterior, o adjudicatário fica obrigado a proceder à entrega do respetivo certificado de habilitações, Curriculum Vitae e registo criminal.
6. Sempre que se verifique uma suspensão parcial ou temporária do fornecimento por parte do adjudicatário, este ficará sujeito ao pagamento de uma multa correspondente a duas vezes o valor das aulas em falta, indemnizando o adjudicante das despesas eventualmente realizadas com o fornecimento alternativo.

Artigo 12º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 13º

Modificações Objetivas do Contrato

O contrato pode ser modificado, por acordo entre as partes ou por decisão judicial ou arbitral, quando o fundamento invocado seja o interesse público, de acordo com o disposto nos artigos 311º a 315º do CCP.

Artigo 14 º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças que lhe sejam requeridas.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido na execução do contrato,

qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Artigo 15º

Resolução do contrato

1. Resolução do contrato pelo adjudicatário:
 - 1.1. O adjudicatário poderá exercer o direito a rescisão do contrato nos casos previstos na lei ou no Caderno de Encargos.
 - 1.2. A decisão da rescisão terá de ser fundamentada e não poderá afetar os fornecimentos num prazo de 30 dias úteis a contar da data da notificação à entidade pública contratante.
 - 1.3. O adjudicatário poderá desistir da rescisão do contrato atendidas as justificações apresentadas pela entidade pública contratante ou cumpridas as respetivas obrigações.
2. Resolução do contrato pela entidade adjudicante:
 - 2.1. A entidade adjudicante poderá rescindir total ou parcialmente o contrato sempre que, por razões imputáveis ao adjudicatário, o normal fornecimento se encontre gravemente prejudicado.
 - 2.2. Para efeitos do número anterior, constituem condições rescisórias, designadamente:
 - 2.2.1. A utilização abusiva ou acentuada deterioração das instalações, equipamento e material;
 - 2.2.2. A prática de atos com dolo ou negligência que prejudiquem o normal funcionamento das atividades de música;
 - 2.2.3. A oposição a visitas ou operações de verificação e controlo;
 - 2.2.4. A falta de cumprimento, em devido tempo, das suas obrigações contratuais;
 - 2.3. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução do contrato.

Artigo 16º

Produção de efeitos da rescisão do contrato

A rescisão do contrato produz efeitos a partir da data fixada na respetiva notificação.

Artigo 17º

Outros encargos

Todas as despesas derivadas do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 18º

Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo territorialmente competente com renúncia a qualquer outro.

Artigo 19º

Prevalência

1. A adjudicação é formalizada por contrato escrito, obrigando-se o adjudicatário a entregar toda a documentação necessária para a sua celebração, dentro do prazo referido na notificação de adjudicação.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
3. Fazem parte integrante do contrato os seguintes elementos:
 - 3.1. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 3.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - 3.3. O presente Caderno de Encargos;
 - 3.4. A proposta adjudicada;
 - 3.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem nele indicada.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 3 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Artigo 20º

Disposições Finais

1. Em tudo o que for omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislações em vigor.
2. Além dos diplomas normativos a que alude este Caderno de Encargos, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que seja aplicável à adjudicação e não esteja em oposição com os termos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 21º

Tipologia do Serviço

1. Tipologia – Garantir a implementação de aulas de música a crianças do pré-escolar, enquadradas na componente educativa e acompanhadas pela educadora titular do grupo. Cada sessão terá a duração de 45 minutos e será lecionada uma vez por semana, de acordo com o definido no anexo B ao presente caderno de encargos.
2. Atividades – O número de atividades semanais corresponde à dinamização de 1 aula semanal para cada grupo de pré-escolar, dos estabelecimentos de educação pré-escolar dos dois agrupamentos que se inserem na rede escolar pública concelhia.

Conteúdo – As aulas de música no pré-escolar devem contemplar a interligação de audição, interpretação e criação. Devem explorar as características dos sons, permitir às crianças ouvir música de diferentes géneros musicais e utilizar diferentes tipos de instrumentos. As crianças devem aprender a: Identificar e descrever os sons que ouvem, quanto às suas características rítmicas, melódicas, dinâmicas, etc.; Interpretar com intencionalidade expressiva-musical cantos rítmicos e canções; Elaborar improvisações musicais, tendo em conta diferentes estímulos e intenções utilizando diversos recursos sonoros; Valorizar a música como fator de identidade social e cultural.

A proposta a apresentar deve conter planificação pormenorizada das atividades, indicando de forma clara as metodologias e estratégias a adotar, assim como os materiais e recursos a afetar na prestação de serviços.

3. Horários – A mancha horária a aplicar será semelhante à apresentada no anexo C. No entanto, mediante acordo entre as partes, poderão ocorrer alterações durante a prestação do serviço.

Artigo 22.º

Alteração de aulas previstas

Sempre que o adjudicatário seja avisado (por telefone ou e-mail) pelo Município para a não realização de uma aula, com 24 horas de antecedência em relação ao seu início, a referida aula não será debitada.

Artigo 23.º

Perfil dos técnicos das atividades

1. Os técnicos a afetar ao projeto de Música no Pré-Escolar devem possuir certificação própria para a lecionação das atividades propostas.
2. A contratação dos profissionais referidos no número anterior carece de parecer prévio por parte da entidade adjudicante, a quem compete analisar o respetivo currículo.
3. O adjudicatário fica obrigado a entregar certificados de habilitações, registo criminal e currículos de todos os recursos humanos a afetar à prestação do serviço duas semanas antes do início da prestação de serviços.

Artigo 24.º

Outras condições

1. Decorre para o adjudicatário a obrigação de assegurar um coordenador local, que se constitua como interlocutor junto do município e agrupamentos de escolas, em todas as questões que respeitam à prestação do serviço.
2. Não obstante a penalidade referida no ponto 3 do Artigo 11.º, o adjudicatário deve procurar que todas as aulas previstas se realizem, garantindo atempadamente, nos casos em que for de todo impossível a presença do professor da turma, a sua substituição por professor de igual perfil.
3. Sempre que solicitado pelo Município, o adjudicatário deverá prestar esclarecimentos acerca dos serviços prestados.
5. Os professores de música a afetar à prestação estão ainda disponíveis para toda a articulação necessária com os educadores titulares dos grupos, através da participação em reuniões conjuntas, troca de mensagens por e-mail ou contactos telefónicos. Se solicitado, participam nas reuniões de avaliação, final ou intercalar.
6. Sempre que for considerado necessário, podem, o Município e os Agrupamentos de Escolas, solicitar reuniões com o adjudicatário/técnicos fora do âmbito do previsto no ponto anterior.

ANEXO A

Locais da prestação do serviço

Centro Escolar de Assentis e Chancelaria (CEAC)

Centro Escolar de Olaia (CEOP)

Centro Escolar Visconde de S. Gião (CEVSG)

Centro Escolar de Serra de Aire (CESA)

Jardim de Infância de Tufeiras

Centro Escolar de Santa Maria (CESM)

Centro Escolar de Riachos (CER)

Centro Escolar de Meia Via (CEMV)

ANEXO B

Número de grupos

	N.º grupos
CEAC	4
CEOP	2
CEVSG	2
CESA	2
Jl Tufeiras	2
CESM	4
CER	3
CEMV	3

ANEXO C

Horários

Todas as atividades decorrerão no horário da componente educativa, no período compreendido entre as 9h00 e as 15h30, conforme indicado nos exemplos que se apresentam.

P 1	Música no pré-escolar				
	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª
09h15		Jl Tufeiras	CEVSG B	CEMV C	
10h00		Jl Tufeiras	CEVSG A	CEMV B	
11h00				CEMV A	

P 2	Música no pré-escolar				
	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª
09h30		CEAC D	CESA C		
10h15		CEAC C	CESA B		
11h15		CEAC B	CESA A		
13h30		CEAC A	CEOP A		
14h15			CEOP B		

P 3	Música no pré-escolar				
	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª
09h30		CER A	CE SM A		
10h20		CER B	CE SM B		
11h10		CER C	CE SM C		